

## EXAME DE ORDEM 01/2007

### PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL

#### TURNO MANHÃ

#### QUESTÕES PRÁTICAS

#### Área de Opção: Direito do Trabalho e Processual do Trabalho

#### Instruções

1. Verifique se este caderno contém **05 questões práticas** e se a área de opção está correta. Caso contrário, solicite um novo caderno ao fiscal da sala. Não serão aceitas reclamações posteriores.
2. Responda às questões com letra legível, utilizando caneta de tinta azul ou preta e procurando não ultrapassar os limites propostos.
3. Observe que **não** é permitido o uso de corretivo líquido ou borracha.
4. Evite formular perguntas após o início da prova. O entendimento da questão faz parte da avaliação.
5. **Não aponha sua assinatura no corpo das folhas de respostas nem coloque qualquer sinal de identificação.**
6. Não se retire da sala antes de transcorrida **1 hora** do início da prova.
7. Devolva, ao término da prova, **o caderno de questões e as folhas de rascunho** ao fiscal da sala.
8. Lembre que o tempo de duração da prova é de **4 horas**.

**Observação:** Preencha o nome em letra de forma, aponha sua assinatura e seu número de inscrição e indique a cidade de realização da prova. Não faça nenhum sinal identificador em qualquer outro campo deste caderno.

Nome: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nº de Inscrição:

--	--	--	--	--	--	--

Cidade de Prova: \_\_\_\_\_

---

## QUESTÕES PRÁTICAS

**Questão 01.** Na fase de execução provisória, o Juiz determinou a penhora em dinheiro da conta bancária da empresa Travessos Ltda., através da penhora *on-line*, medida esta decorrente de convênio celebrado entre o Tribunal Superior do Trabalho e o Banco Central do Brasil (Sistema Bacen Jud). A empresa já havia nomeado outros bens à penhora visando satisfazer seu crédito. Qual o remédio processual para que Travessos Ltda. consiga a liberação judicial do dinheiro penhorado a fim de assegurar o cumprimento da folha de pagamento e a satisfação de suas obrigações? **(até 1,0)**

**Questão 02.** Frustrada a negociação coletiva entre o sindicato dos trabalhadores da indústria da construção civil de Xislândia e o sindicato da indústria da construção civil do mesmo município, o sindicato profissional ajuizou ação de revisão de dissídio coletivo. Recebida a representação, o presidente do Tribunal Regional do Trabalho, órgão com sede em Batatais, capital do Estado, determinou a remessa dos autos à Vara do Trabalho de Xislândia para que lá se realizasse a audiência. Diante desta situação, responda fundamentadamente:

- a) a quem compete processar, conciliar e julgar originariamente os dissídios coletivos? **(até 0,5)**
- b) foi correta a atitude do presidente do Tribunal? **(até 0,5)**

**Questão 03.** Um bancário que trabalhava como chefe de seção ajuizou reclamatória trabalhista contra o banco a que estivera vinculado, pleiteando o pagamento das 7ª e 8ª horas trabalhadas como horas extras, por entender que a função que exercia não se incluía entre aquelas excepcionadas no art. 224, § 2º, da CLT. A quem cabe o ônus de provar o exercício da função comissionada? Fundamente legal e jurisprudencialmente sua posição. **(até 1,0)**

**Questão 04.** Raquel, empregada pública desde 21.08.2006, foi informada pelo Departamento de Recursos Humanos acerca do recebimento de uma correspondência enviada por seu ex-empregador, pessoa jurídica de direito privado, para o qual trabalhou até julho de 2006. Tal correspondência dizia que ela era má empregada e que havia sido despedida por justa causa, fundada no art. 482, *b*, da CLT, por ter sido flagrada em atos libidinosos em pleno horário de trabalho nas dependências da empresa. Raquel deseja mover ação de indenização por danos morais. Diante desta situação, responda:

- a) qual o foro competente (material e local) para julgar tal ação? **(até 0,6)**
- b) em caso de conflito negativo de competência entre uma Vara do Trabalho e uma Vara Cível, qual o órgão competente para dirimir tal controvérsia? **(até 0,4)**

**Questão 05.** Ao tomar ciência de acórdão prolatado por uma das Turmas do TRT da 4ª Região em um recurso ordinário, imediatamente você, como advogado, constatou que os julgadores adotaram interpretação contrária ao entendimento majoritário nos TRTs das demais regiões acerca da aplicação do art. 60 da Lei de Falências (Lei nº 11.101/2005).

Considerando o conteúdo de tal aresto e o fato de o processo tramitar pelo rito sumaríssimo, existe, na legislação trabalhista, recurso passível de admissibilidade para que você possa ver reexaminada a decisão que foi desfavorável a seu cliente? Justifique sua resposta. **(até 1,0)**

**Observação:** Conforme o artigo 19 do Regulamento do Exame de Ordem 01/2007, a nota final da prova prático-profissional será expressa, em números inteiros, na escala de 0 (zero) a 10 (dez). A cada questão prática será atribuída nota na escala de 0 (zero) a 1 (um) e, à peça processual, nota de 0 (zero) a 5 (cinco). As questões práticas e a peça processual corresponderão ao peso de 50% (cinquenta por cento) cada uma. A nota final da prova será igual ao somatório das notas obtidas nas questões práticas e na peça processual, arredondando-se, se for o caso, para o número inteiro imediatamente superior.